



### ANEXO III DO PARECER ÚNICO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF	10050000187/19	28/05/2019 13:24:47	NUCLEO POUSO ALEGRE

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00341623-7 / LUCIANO MOREIRA ANDRADE		2.2 CPF/CNPJ:	
2.3 Endereço:		2.4 Bairro:	
2.5 Município: ESTIVA		2.6 UF: MG	2.7 CEP:
2.8 Telefone(s):	2.9 E-mail:		

#### 3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00341623-7 / LUCIANO MOREIRA ANDRADE		3.2 CPF/CNPJ:	
3.3 Endereço:		3.4 Bairro:	
3.5 Município: ESTIVA		3.6 UF: MG	3.7 CEP:
3.8 Telefone(s):	3.9 E-mail:		

#### 4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Sítio Por do Sol			4.2 Área Total (ha): 10,7275		
4.3 Município/Distrito: ESTIVA			4.4 INCRA (CCIR):		
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 68051			Livro: 2	Folha: 1	Comarca: POUSO ALEGRE
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 386.197		Datum: SIRGAS 2000		
	Y(7): 7.514.406		Fuso: 23K		

#### 5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio Grande	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está ( ) não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras ( ), endêmicas ( ), ameaçadas de extinção ( ); da flora: raras ( ), endêmicas ( ), ameaçadas de extinção ( ) (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza ( ) não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 5,67% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)
Mata Atlântica	10,7275
Total	10,7275
5.8 Uso do solo do imóvel	Área (ha)
Pecuária	5,8350
Nativa - sem exploração econômica	4,1516
Infra-estrutura	0,0190
Outros	0,7219
Total	10,7275

<b>5.9 Regularização da Reserva Legal – RL</b>				
<b>5.10 Área de Preservação Permanente (APP)</b>				<b>Área (ha)</b>
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				1,1558
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		0,4330
		Outro:		
<b>6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>Tipo de Intervenção REQUERIDA</b>			<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,0172	ha
<b>Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>			<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,0172	ha
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>7.1 Bioma/Transição entre biomas</b>				<b>Área (ha)</b>
Mata Atlântica				0,0190
<b>7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias</b>				<b>Área (ha)</b>
Floresta Estacional Semidecidual Submontana Secundária Médio				0,0190
<b>8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>8.1 Tipo de Intervenção</b>	<b>Datum</b>	<b>Fuso</b>	<b>Coordenada Plana (UTM)</b>	
			<b>X(6)</b>	<b>Y(7)</b>
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação n				
<b>9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>				
<b>9.1 Uso proposto</b>	<b>Especificação</b>			<b>Área (ha)</b>
Infra-estrutura	Tanque de água			0,0190
<b>Total</b>				<b>0,0190</b>
<b>10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>10.1 Produto/Subproduto</b>	<b>Especificação</b>		<b>Qtde</b>	<b>Unidade</b>
<b>10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)</b>				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	10.2.2 Diâmetro(m):		10.2.3 Altura(m):	
10.2.4 Ciclo de produção do forno ( tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):			(dias)	
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

## 11. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade:baixo.

## 12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

### 1. Histórico:

- Data da formalização: 28/05/2019
- Data da vistoria: 06/06/2019
- Data da emissão do parecer técnico: 10/06/2019

### 2. Objetivo:

Trata-se de solicitação de autorização para Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em área de 00,01,72 ha, visando a limpeza e ampliação de um tanque escavado para fins de irrigação, na propriedade Sítio Por do Sol de propriedade do Sr. Luciano Moreira Andrade, Bº Silva II, zona rural do município de Estiva.

### 3. Caracterização do empreendimento:

Trata-se de imóvel denominado Sítio Por do Sol, localizado no Bioma Mata Atlântica (IBGE, 2004), na zona rural do município de Estiva, com área total registrada de 08,86,00 hectares e área levantada de 10,72,75 hectares (módulos fiscais 0,357), matrícula 68.051, livro 02, folha 01, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre.

A propriedade faz divisa, em parte, com um ribeirão S/D, sub afluente do Rio Pantano, afluente do Rio Sapucaí, sendo a intervenção

solicitada para a limpeza e ampliação de um tanque escavado para fins de irrigação.

A propriedade apresenta relevo plano e ondulada, declividade baixa e média, solo do tipo Latossolo vermelho amarelo, sendo ocupada por

04,1516 ha de Mata Nativa em estágio médio de regeneração natural, 05,8350 ha pastagem, 00,04,60 ha de estrada e infraestruturas.

Apresentou recibo do CAR - Cadastro Ambiental Rural, com área total declarada como Reserva Legal de 04,09,60 ha, composta por Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração natural.

Segundo o ZEE, a propriedade em questão não se localiza em Área Prioritária para Conservação e apresenta Vulnerabilidade Natural Baixa.

### 4. Da Autorização para Intervenção Ambiental:

É requerida autorização para Intervenção Ambiental (00,01,72 ha) visando a Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa, para a limpeza e ampliação de um tanque escavado para fins de irrigação, coordenadas geográficas (UTM), do tanque: X=386219 e Y=7.514.404, conforme demarcação em planta topográfica.

Cabe ressaltar que a faixa de APP do Córrego Sem Denominação na propriedade é de 30 (trinta) metros, nos termos da alínea b, inciso II, artigo 9, seção I, capítulo II, da Lei Florestal Estadual 20.922/2013.

A APP da propriedade é formada mata nativa em processo de regeneração natural e por pastagem e a área da Reserva Florestal Legal é formada por Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração natural. As áreas de APP e de Reserva Legal encontram-se desprotegidas e com vestígios de animais domésticos ocupando as áreas.

A finalidade da intervenção em questão é caracterizada como Baixo Impacto nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 369, DE 28 DE MARÇO DE 2006.

### 4.1- Das eventuais restrições ambientais:

Segundo o ZEE a área solicitada para a intervenção não está localizada em área de Reserva da Biosfera e apresenta Vulnerabilidade Natural Baixa.

Foi apresentado declaração de dispensa de licenciamento devido a intervenção se enquadrar na Classe de não passível de Licenciamento Ambiental.

### 4.2 - Da vistoria realizada:

A vistoria no empreendimento foi realizada na data de 06/06/2019 acompanhada pelo requerente.

Geograficamente a propriedade está inserida na bacia hidrográfica do Rio Sapucaí e Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – UPGRH – GD5 – Rio Sapucaí. O clima da região (segundo Koppomn) é CBW.

O índice de pluviosidade anual na área de influência da bacia do Rio Sapucaí situa-se entre 1.300 e 1.600mm e predominam terrenos com baixa capacidade de infiltração. Os solos da região são classificados como Latossolo Vermelho Amarelo.

A propriedade até a data da vistoria apresentava atividade econômica advinda da utilização do solo como pastagens. As margens do Córrego da propriedade se encontram em grande parte formada por vegetação

florestal nativa, que seria objeto da compensação, sem cercamento e com vestígios de gado pastando no local.

Quanto a limpeza e a ampliação do tanque, não construído pelo atual proprietário, a situação é a seguinte:

- O tanque possui uma área de 00,01,91ha, é muito antigo, é produto de escavação e barramento de pequenas minas d'água, está em APP, se encontra assoreado, e em todo o seu entorno cresceu uma mata nativa

que já está em estado médio e avançado de regeneração, não tendo como efetuar a limpeza e ampliação sem suprimir vegetal florestal, além de não ter como depositar a lama extraída fora de APP, já que o interessado

falou que ia depositar/espalhar a lama ao redor do tanque pois não teria outro jeito, devido ao custo da máquina. O que iria assorear as minas, o curso d'água e a vegetação do entorno, e o mesmo concordou e desistiu.

Diante de tais fatos, sou de parecer DESFAVORÁVEL a essa intervenção pretendida.

## 13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

FREDERICO GUILHERME ALVES E COSTA - MASP: 1020751-2

## 14. DATA DA VISTORIA

quinta-feira, 6 de junho de 2019

## 15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Controle Processual DAIA 129/2019

Análise ao processo n.º 10050000187/19 que tem por objeto a Intervenção em Área Preservação Permanente.

### Relatório

Foi requerida por LUCIANO MOREIRA ANDRADE, inscrito no CPF sob o nº 065.714.636-60, a intervenção em área de preservação permanente – APP com supressão de vegetação, na propriedade denominada “Sítio Por do Sol”, situada no Município de Estiva/MG, inscrita do CRI da Comarca de Pouso Alegre sob o nº 68.051.

A propriedade foi objeto de cadastro no SICAR (fls. 24/26).

Foi possível verificar o recolhimento dos emolumentos. (fls.17/18).

O empreendimento foi declarado dispensado de Licenciamento Ambiental (fls. 8).

É o relatório, passo à análise.

### Análise

Trata-se de intervenção em área de preservação permanente – APP sem supressão de vegetação, visando o alteamento de barramento, para fins de irrigação de lavoura cafeeira.

Para analisar o presente pedido, temos que a Lei Estadual nº. 20.922/13 em seu art. 3º, II, g, permite a realização de barramento para fins de irrigação nos casos de intervenções de atividades de interesse social, como podemos constatar a seguir:

“Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

II - de interesse social:

a)...

...

g) a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água; ...”

Não obstante, o Técnico vistoriante relatou no Parecer Técnico que a área ser escavada se trata de um tanque antigo que fora assoreado, necessitando de limpeza e escavação que comprometeria o seu entorno que está provido de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica com fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual que se encontra em estágio médio de regeneração natural, onde o art. 14 da lei 11.428/06 só permitiria a supressão em caso de utilidade pública e interesse social e desde que inexistisse alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, senão vejamos:

Art. 14. A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ...

No Parecer Técnico, ficou consignado que não foi verificada tanto nos estudos, quanto em vistoria, a inexistência de alternativa técnica e locacional e os estudos apresentados pelo requerente não contemplaram a realidade vegetal verificada in loco (fls. 36 e 68), tornando os estudos insuficientes para dar sustentação técnica à intervenção proposta.

Destarte, em processo de intervenção ambiental, caso os estudos ambientais não tragam ou omitam informações que dizem respeito à identificação dos impactos ambientais, à caracterização do ambiente, à definição de ações e meios para mitigação, não resta, senão ao órgão ambiental, negar a autorização.

Por conseguinte, o técnico vistoriante esclareceu ao requerente que não seria possível prosseguir com o processo, pois a intervenção real constatada em campo é de tipologia diversa da solicitada no requerimento padrão de fls. 2.

Assim, o Parecer Técnico informa que o requerente optou por desistir do prosseguimento do processo ora em análise, donde o técnico vistoriante, gestor do processo, manifestou-se desfavoravelmente à intervenção ambiental, não aprovando os estudos juntados ao processo ora em análise, uma vez que o pedido perdeu seu objeto por desistência do requerente.

Assim, conforme exposto no presente controle processual, o pedido intervenção para o fim pretendido se encontra inviável para o seu prosseguimento.

### Conclusão

Face ao acima exposto, sou desfavorável ao presente pedido.

A competência para a autorização do pedido sem supressão é do Supervisor Regional do IEF, conforme Decreto Estadual 47.344/18.

Ato contínuo, seja o processo devidamente arquivado por perda de objeto.

Varginha, 27 de junho de 2018.

## 16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

RONALDO CARVALHO DE FIGUEIREDO - 77440

## 17. DATA DO PARECER

terça-feira, 9 de julho de 2019